

POLÊMICAS LITERÁRIAS NO IMPÉRIO DA RETÓRICA

Carlos Eduardo de Almeida
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

RESUMO

Este artigo analisa a estrutura e a funcionalidade das polêmicas literárias na cultura brasileira do século XIX. Demonstra que o discurso polêmico obedeceu a um determinado protocolo de atuação marcado pela oralidade e pela retórica, sinalizando para a íntima relação entre tal protocolo e o tipo de hábito reflexivo que se desenvolveu no sistema literário brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Polêmicas literárias - retórica - sistema literário brasileiro.

Desde os tempos do Império até hoje, vários críticos e historiadores, nacionais e estrangeiros, têm atestado a presença significativa de polêmicas literárias no panorama cultural brasileiro. Assim, pelos mais diversos vieses, os estudiosos da literatura brasileira têm destacado que, principalmente a partir de meados do século XIX, as polêmicas aparecem como um dos traços mais marcantes do nosso sistema literário. Entretanto, pouca atenção tem sido dada ao mecanismo que regula o discurso polemístico. Desse modo, tendo em vista certa escassez de trabalhos voltados para a investigação minuciosa de tal questão, a seguir analisaremos a estrutura e a funcionalidade das contendas no sistema literário brasileiro do século XIX. O nosso principal objetivo será demonstrar que no cenário cultural do Brasil oitocentista os debates polemistas obedeceram a um determinado protocolo de atuação, notoriamente influenciado pela sobrevivência da

oralidade no registro escrito, como também pela consumação do processo de esvaziamento da retórica que, após um longo período de preeminência no campo dos estudos literários, à época do Romantismo se transformou num termo pejorativo, utilizado como forma de expressão tão engenhosa e artificial quanto destituída de qualquer comprometimento com a realidade e com a atividade prática.

Não obstante o caráter singular das polêmicas literárias ocorridas no Brasil do século XIX, cada qual com os seus personagens e episódios, o que predominou foi sempre o mesmo tom eloquente, extremamente afetado e artificioso; a mesma palavra empolada, retórica e persuasiva; enfim, a repetição de um mesmo discurso, cuja principal pretensão era a conquista do público.

A encenação polêmica se desenrolava, portanto, segundo um esquema de regras fixas. A distribuição de réplicas e trélicas constituía um mecanismo que tinha por objetivo criar no leitor da página impressa a expectativa da sequência imediata. Assim, para que tivessem êxito junto ao público, as polêmicas obedeciam sempre a um determinado protocolo de atuação, cujo peso era, na verdade, até maior do que o próprio teor do desafio lançado.

Mas se, como acabamos de afirmar, a obediência a um protocolo de atuação tinha como finalidade principal a conquista de um determinado público, vejamos então como este se relacionava com a intelectualidade no panorama cultural brasileiro oitocentista. Para investigar tal relação, é indispensável considerar a exiguidade do público leitor no Brasil durante o século XIX. Neste sentido, convém lembrar que durante o Império os gastos com educação foram insignificantes.

Assim, tendo em vista o alto índice de analfabetismo do país, tornou-se realmente inevitável que, ao longo do século XIX, o público leitor permanecesse constituído apenas pela minoria da população. Prevaleceu, portanto, a profunda ignorância do povo, como também a mediocridade da elite letrada que servia de público às produções literárias da época. É pertinente, contudo, destacar os principais efeitos das mudanças introduzidas pela transferência da família real portuguesa para o Brasil.

Na verdade, o deslocamento da Corte portuguesa para o Brasil, ocorrido em 1808, ao possibilitar maior contato com o exterior, incentivou não apenas o comércio de mercadorias, mas também a circulação de ideias. Em outras palavras, a ampliação dos horizontes

mercantis da sociedade foi acompanhada de transformações no cenário cultural, o que de certa forma demonstra uma correlação entre abertura dos portos e abertura cultural-ideológica. Desde modo, é correto afirmar que, reagindo contra a situação típica do período colonial, em que dominavam o isolamento do Brasil e o caráter acanhado da vida cultural, as medidas tomadas por D. João VI favoreceram o crescimento econômico e cultural do país. Mais especificamente no plano cultural, destacam-se como decorrências diretas do estabelecimento da Corte no Brasil a franquia dos portos, a implantação da imprensa, a criação da Biblioteca Real, da Academia de Belas-Artes e do Real Teatro de São João.

Como é possível verificar por estas informações sumárias, o cenário cultural brasileiro sofreu várias mudanças durante o período joanino. Houve, pois, um significativo progresso comparado à situação precedente. Nessa altura há uma pergunta que se impõe, e para a qual podem ser invocadas diferentes respostas: por que, não obstante o impacto cultural das medidas tomadas por D. João VI, em momento algum o triunfo da oralidade se viu ameaçado? Ou, em outros termos: por que, mesmo após a introdução da palavra impressa no circuito comunicativo cotidiano, o caráter oral da literatura brasileira não se extinguiu completamente?

Passemos, então, à enunciação das possíveis respostas.

A primeira delas alega a pobreza da divulgação do saber nos primeiros anos do século XIX:

(...) a implantação da imprensa na então colônia lusitana constituiu uma medida isolada, não tendo sido secundada pela criação e consolidação de instituições e instrumentos necessários à difusão dos produtos impressos. Continuavam faltando escolas, bibliotecas, gabinetes de leitura, livrarias, jornais, editoras. Tais ausências tornaram quase inexpressiva a mudança (LAJOLO & ZILBERMAN, 1991, p. 129).

Em outros termos, não é lícito deixar de considerar que o escritor brasileiro “escrevia num meio culturalmente pobre, encontrando repercussão limitada; tinha poucas oportunidades de cultivar o espírito, dar publicidade às obras e medir os próprios limites” (CANDIDO, 1993, p. 224). No entanto, alegar a falta de progresso cultural como sendo a razão principal do desinteresse pela leitura no Brasil até o início do Segundo Reinado configura, a nosso ver, um argumento insuficiente.

Inversamente, a segunda resposta invoca o conceito de cultura oral, ou mais precisamente, de cultura auditiva, que tinha no púlpito e na tribuna os seus veículos por excelência. Segundo Luiz Costa Lima, a presença marcante da cultura auditiva em nosso sistema literário é, essencialmente, um sintoma da precariedade da cultura letrada, isto é, uma cultura que em princípio estaria baseada no predomínio da palavra escrita, mas que, na prática, se perpetuava mediante a valorização do registro oral, uma vez que, “embora o romantismo já tivesse tipografias a sua disposição, a literatura continuava fundamentalmente cúmplice da oralidade” (LIMA, 1981, p. 7). Aliás, para Costa Lima, a contaminação do registro escrito pelo oral não é apenas uma característica marcante do sistema intelectual brasileiro, mas sim o principal fator determinante da nossa suposta precariedade reflexiva: “Em síntese, o intelectual foi, entre nós, aceito não enquanto agente de ideias e de aprofundamento da linguagem, mas apenas enquanto especialista no verbo fácil, na palavra comovente e, daí, enquanto orientador de caminhos (...)” (LIMA, 1981, p. 8).

De acordo com a avaliação de Luiz Costa Lima, a prevalência da oralidade, ou, mais especificamente, da cultura auditiva, implica necessariamente um entrave ao desenvolvimento do trabalho intelectual, uma vez que “a cultura auditiva é (...) fundamentalmente uma cultura que se transmite sem cadeias demonstrativas” (LIMA, 1981, p.17). Idêntico ponto de vista encontramos em José Guilherme Merquior: “O enraizar-se do romantismo representou o triunfo da oralidade na literatura: o predomínio da experiência da palavra falada sobre o hábito sistemático da leitura reflexiva” (MERQUIOR, 1977, p. 80).

A passagem acima transcrita nos permite concluir que há, de fato, muito pouco contraste entre a argumentação de Luiz Costa Lima e a de José Guilherme Merquior, visto que para ambos o predomínio da oralidade em nosso sistema literário resulta de uma escolha deliberada dos nossos escritores românticos que, entre outros objetivos, buscavam assegurar o patrocínio estatal para a publicação de suas produções ficcionais. Além disso, de acordo com a avaliação dos dois críticos, a oralidade representou um obstáculo ao estabelecimento do hábito reflexivo.

Sem que se pretenda contrapor à referida perspectiva um julgamento favorável da configuração do sistema literário brasileiro durante o século XIX, é necessário admitir que ele pode ter tido muitas imperfeições, entre as quais, no entanto, não é lícito incluir a

circunstância de haver pertencido a um determinado horizonte histórico. Afinal de contas, valorizar a persuasão auditiva não era, no século XIX, uma atitude perfeitamente afinada com os valores da época? Então, por que considerar que o predomínio da oralidade no interior de uma civilização da escrita representa, necessariamente, a exclusão do hábito reflexivo?

Assim, não obstante seja realmente tentador para o analista contemporâneo condenar os nossos escritores do século XIX pela elaboração de textos declamatórios, carregados de praticidade, insistentes, entretanto, na pertinência de uma investigação que não constitua uma projeção de valores atuais, eleitos arbitrariamente, sobre aqueles vigentes durante o século XIX.

A nosso ver, o traço auditivo do sistema literário brasileiro pode ser entendido como decorrência da difusão do sistema discursivo constituído pela arte retórica. Neste sentido, convém lembrar:

Durante o século XIX, há no Brasil, ao longo de um período que coincide quase integralmente com o ciclo do Império, um grande interesse pelos estudos de retórica (a que se anexam ou com que se confundem os de poética), interesse traduzido por várias publicações e pela inserção das disciplinas mencionadas nos currículos escolares (SOUZA, 1999, p.1).

Ora, não nos parece exagero acreditar que a arte retórica amplamente nutria os programas escolares e, em consequência, acabava interferindo na produção literária, na atividade crítica e no gosto do público. Desse modo, tendo em vista a impregnação retórica do ambiente intelectual brasileiro, não espanta que a oralidade fosse uma presença dominante ao longo do século XIX. Discursos pomposos e “brilhantes”, palavras bonitas e argumentos sedutores formavam, portanto, um conjunto de práticas retóricas circulantes no ensino escolar e na vida social brasileira durante todo o século XIX e início do XX.

A fim de explorar um pouco melhor a estreita relação de afinidade entre cultura oral, arte retórica e polêmicas literárias, é relevante destacar, mediante sucintas considerações, a importância da oratória como espetáculo público. Além de circular como matéria do ensino escolar, durante o século XIX, a oratória esteve presente em diversas situações públicas da vida intelectual brasileira. Verifica-se assim que, sob a forma de sermão, escrita jornalística, discurso parlamentar ou polêmico, as práticas orais da eloquência prosperaram no tecido social do Brasil oitocentista de modo avassalador. Neste sen-

tido, são relevantes as palavras de Flora Süssekind, que, com muita singeleza, definiu a polêmica como sendo a “discussão intelectual como espetáculo” (SÜSSEKIND, 1985, p. 38).

Assim, observando-se com a devida atenção os debates intelectuais ocorridos durante o Brasil Imperial, verifica-se que não é lícito negar o caráter singular das polêmicas literárias, pois cada uma delas possui características específicas, isto é, personagens e episódios próprios. Todavia, a despeito das eventuais diferenças que as cerquem, algo é capaz de interligá-las, um aspecto lhes é comum: a obediência a um certo protocolo de atuação, cuja finalidade era, sobretudo, a enenação de um debate que fosse capaz de ter êxito junto a um público potencial que, acostumado às práticas de uma cultura eminentemente oral, esperava dos intelectuais palavras de ordem e incentivo.

Passemos, agora, à demonstração das principais características do protocolo de atuação das polêmicas. Vamos, a seguir, tentar compor um painel constituído pelas diversas estratégias textuais frequentemente presentes nos debates polêmicos.

Em relação ao protocolo de atuação das polêmicas, a primeira característica que merece ser apontada é o caráter do desafio lançado pelo intelectual que inicia uma determinada polêmica literária. Isso porque o discurso de quem inicia a polêmica é sempre provocador:

Daí a vitória nas polêmicas ser obtida muito mais na queda de braço do que pela exposição de argumentos convincentes. Mais sucesso costumam ter os que se utilizam de uma linguagem bombástica, oratória, de palanque eleitoral, do que os interessados no assunto em debate ou na pertinência da própria argumentação (SÜSSEKIND, 1985, p. 40).

Portanto, o desafio lançado tem sempre a intenção de tornar inevitável a contrapartida de réplicas e tréplicas, pois, como assinalou Maria Helena Rouanet,

(...) o protocolo habitual da prática polêmica pode resumir-se, esquematicamente, a um movimento tríplex: de início lançam-se as bases da argumentação, em seguida, faz-se referência às ideias do antagonista (de preferência, citando-as literalmente e entre aspas), enfim, vem a refutação de tais ideias, sempre apresentada como sendo, ela própria, irrefutável, mesmo que tal irrefutabilidade esteja apenas no tom adotado pelo discurso (ROUANET, 1998, p. 20).

O discurso provocador é realmente uma das características mais marcantes do protocolo de atuação das polêmicas. Ele pode ser associado aos tradicionais desafios da poesia popular brasileira, pois, como se verifica pelas palavras de Roberto Ventura, “(...) os cantadores entoavam seus versos, compostos de sextilhas de sete sílabas, replicadas pelos adversários com zombarias e provocações, que servem para provocar, pelo revide hábil, sua ‘superioridade’ sobre os oponentes” (VENTURA, 1991, p. 142).

Ele também pode ser relacionado à prática dos tribunais, ou mais especificamente à formação jurídica tão comum entre os nossos intelectuais do século XIX. Roberto Ventura se expressa a esse respeito:

As polêmicas incorporam a forma dialógica dos desafios da poesia popular e um código de honra tradicional, que entrava em conflito com as propostas de modernização. Deu-se a interação entre o *oral* e o *escrito*, entre os desafios da poesia popular e tais debates, o que realizou a convergência entre valores modernos e tradicionais, entre os pressupostos evolucionistas da “luta pela existência” e as disputas entre grupos rivais, regidos por um “código de honra”, característico da mentalidade rural. Os bacharéis combatentes retomaram a tradição de argumentação jurídica, com as réplicas e trélicas próprias aos tribunais (VENTURA, 1991, p. 10).

Entretanto, cabe aqui assinalar que no século XIX os nossos intelectuais utilizaram variadas estratégias textuais para provocar e atribuir valor negativo aos seus oponentes. Dentre essas estratégias, algumas se destacam, pois foram utilizadas com maior frequência do que outras. São elas: as referências a escritores consagrados da literatura ocidental, as citações em língua estrangeira, o uso de palavras que permitem a imagística de uma luta real e, por fim, a recorrência à objetividade dos fatos.

As inúmeras referências a escritores consagrados da literatura ocidental e as citações em língua estrangeira tinham como objetivo deslumbrar o público leitor.

Veçamos, então, exemplos de como isso ocorre em textos polêmicos:

Alguém pensou, ou quis pensar, que tive colaboradores nestas cartas, mas enganou-se completamente; tive sim mestres como Chateaubriand e Lamartine de quem lia algumas páginas para ter a coragem de criticar um poeta de reputação como é o Sr. Magalhães (ALENCAR, 1953 [1856], p. 4).

La critique est aisè, mais l'art est difficile (ALEGRE, 1953 [1856], p. 71).

O uso de palavras que permitem a imagística de uma luta real é outra característica muito marcante do discurso polêmico. Por isso, é muito frequente em textos polêmicos a presença de frases como as seguintes

Anda Zezé, pede auxílio... e vem, quero esmagar-te de vez (ROMERO, 1909, p. 38).

Oh, Zezé, tome senso... (ROMERO, 1909, p. 9).

Roberto Ventura se manifesta a esse respeito:

A linguagem da luta é parte do discurso da polêmica, em que se valorizam predicados como a “valentia” e a “coragem”, parte de um código de honra que exige a reparação direta das ofensas pessoais. A ciência evolucionista, com a ênfase na luta entre espécies, justificava a violência de tais debates como necessária à propagação das novas ideias e ao aperfeiçoamento cultural e social. Afinal, na ótica de Romero e de seus contemporâneos, cabia à polêmica contribuir para o processo de seleção e depuração das obras e escritores, lançados ao público na luta pela existência (VENTURA, 1991, p. 80).

Quanto à recorrência à objetividade dos fatos, ela pode ser facilmente observada em muitos dos textos produzidos pela intelectualidade brasileira do século XIX. Em outras palavras, é correto afirmar que tal atitude era muito frequente não apenas em textos polêmicos, mas também em textos que normalmente não são designados desta forma.

Com efeito, recorrer à objetividade dos fatos era um hábito da intelectualidade brasileira do século XIX. Ele pode ser explicado a partir da observação de que no estreito panorama da Corte de Pedro II a investigação da literatura se desenvolveu no sentido de atingir padrões de confiabilidade científica. Por isso, como destacou Luciene Azevedo,

(...) o texto polêmico se pretende transparente e lógico como uma assertiva científica buscando ser objetivo na apresentação de fatos e provas que comprovem sua tese. Mas tal critério se insinua farsesco na medida em que o forte caráter subjetivante, imposto pela presença onipotente do crítico, domina o texto. Tal onipotência pretende apenas burlar a fragilidade sobre a qual se estabele-

ceu o encadeamento quase silogístico de seu pensamento servindo-se das alegações de evidência, a um só tempo lançando uma proposição e corroborando-a no mesmo enunciado, através de fórmulas retóricas que emergem por todo o texto (AZEVEDO, 1995, p. 46).

Deve-se assinalar ainda que foi precisamente no século XIX que os estudos literários adquiriram foros de ciência. A história da literatura e a crítica literária atingiram os padrões de confiabilidade científica da época mediante uma generosa acolhida de modelos metodológicos provenientes de diversos campos do saber. Assim, é possível constatar que várias disciplinas concorreram no século XIX para dotar os nossos estudos literários de um certo “espírito científico”. Todavia, é necessário assinalar que a história, ou mais precisamente a historiografia produzida no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi, sem dúvida, a área do conhecimento que mais se destacou neste sentido, pois de forma eficaz forneceu à investigação literária os seus pressupostos metodológicos.

Logo, é sob a influência direta da historiografia nacional produzida no interior do IHGB que os nossos historiadores e críticos da literatura vão se esforçar no sentido de recorrer à objetividade dos fatos. Assim se entende porque na sua *História da Literatura Brasileira*, Silvio Romero tenha tido tanta preocupação em informar aos seus leitores que: “para bem compreender a vida intelectual de Porto Alegre e assistir a sua evolução íntima é mister recorrer às datas de suas obras” (ROMERO, 1903, p. 42).

Vê-se, portanto, que no século XIX os procedimentos metodológicos da história da literatura foram muito semelhantes aos da história nacional. Por isso, é pertinente destacar que, no âmbito dos estudos literários, a história da literatura emergiu como disciplina hegemônica. De certa forma, ela foi capaz de situar em plano secundário a retórica, a poética e a estética. Tornou-se então tarefa do texto polemístico recorrer à objetividade dos fatos.

A seguir, investigaremos a segunda característica do protocolo de atuação das polémicas.

Destacamos, anteriormente, que o discurso provocador do intelectual que inicia uma certa contenda é uma das características mais marcantes do protocolo de atuação das polémicas. Entretanto, outra característica de igual peso deve ser aqui investigada. Trata-se da ausência de questionamento das ideias em jogo, isto é, da inexistência

de qualquer discussão acerca do critério que motivou as divergências entre os participantes de uma polêmica literária.

Ora, se é notório que todas as polêmicas possuem de fato eixos básicos sobre os quais sempre se assentam as discussões levantadas, então seria perfeitamente natural que os participantes de uma determinada discussão se concentrassem, sobretudo, nesses eixos básicos, ou seja, seria perfeitamente natural que os polemistas discutissem os seus próprios critérios e explicitassem os seus próprios pressupostos. No entanto, é preciso destacar que, no panorama cultural do Brasil do século XIX, para que as polêmicas tivessem êxito junto ao público, a obediência a um protocolo de atuação acabava tendo um peso maior do que o teor do desafio lançado. Justamente por isso é que no século XIX a polêmica se caracterizou como uma forma de debate intelectual, cujas marcas principais eram o predomínio da retórica e do personalismo dos debates culturais e políticos, os quais, diga-se de passagem, estiveram sempre a serviço não do questionamento das ideias em jogo, mas sim da glorificação da figura do orador.

Vê-se, portanto, que, através da teatralização do debate, ou melhor, mediante o uso da linguagem empolada e da dicção elevada, o intelectual consegue habilmente encobrir a “vacuidade” do seu pensamento.

Neste sentido, pode-se considerar exemplar uma famosa contenda ocorrida no final do século XIX, que teve, entre outros participantes, os críticos José Veríssimo e Sílvio Romero. Machado de Assis, um dos mais importantes escritores de sua época, foi o pivô do debate polêmico e o chamado “critério nacionalístico” um dos eixos básicos sobre os quais se assentaram todas as discussões. José Veríssimo se manifestou em relação a tal critério afirmando:

A obra literária do Sr. Machado de Assis não pode ser julgada segundo o critério que eu peço licença para chamar nacionalístico. Esse critério, que é o princípio diretor da *História da Literatura Brasileira* e de toda a obra crítica do Sr. Sílvio Romero, consiste, reduzido a sua expressão mais simples, em indagar o modo por que um escritor contribuiu para a determinação do caráter nacional, ou, em outros termos, qual a medida do seu concurso na formação de uma literatura, que por uma porção de caracteres diferenciais se pudesse chamar conscientemente brasileira. Um tal critério, aplicado pelo citado crítico, e por outros à obra do Sr. Machado de Assis, certo daria a esta uma posição inferior em nossa literatura (VERÍSSIMO, 1894, p. 198).

É possível observar que José Veríssimo acusa Sílvio Romero de inadequadamente ter adotado o nacionalismo como o critério primordial para analisar a obra de Machado de Assis. Com o objetivo de se defender da acusação de estreiteza analítica, Romero responderá a Veríssimo dizendo que não fora compreendido:

O espírito nacional não está estreitamente na escolha do tema, na eleição do assunto, como ao Sr. José Veríssimo quer parecer (...). Machado de Assis não sai fora de lei comum, não pode sair, e aí dele, se saísse. Não teria valor. Ele é um dos nossos, um genuíno representante da subraça brasileira cruzada, por mais que pareça estranhoso tocar neste ponto (ROMERO, 1992, p. 27-8).

É inegável que José Veríssimo foi capaz de verificar a fragilidade do “critério nacionalista” adotado por Sílvio Romero. Porém, se observarmos atentamente o que o historiador colocará em lugar do critério rejeitado, logo verificaremos que apenas aparentemente ele se afastou da ótica nacionalista dominante no século XIX.

Assim, a divergência entre Veríssimo e Romero é apenas aparente.

Na verdade, José Veríssimo não nega a validade do “critério nacionalístico”, apenas faz restrições em relação ao modo como Sílvio Romero adota tal critério. Essa fixação no nacional e na visão empenhada da crítica demonstra que nenhum dos dois intelectuais conseguiu fazer uma leitura profunda do texto de Machado de Assis. Portanto, no pensamento de ambos predomina a mesma obsessão: a investigação da “brasilidade”. Contrastando-os, veremos que há uma diferença de temperamento entre os dois. Entretanto, do ponto de vista ideológico, existem muitos pontos em comum entre eles. Em primeiro lugar, ambos se preocupam com o caráter nacional da literatura. Além disso, estão imbuídos pelo espírito cientificista da época. Na verdade, o que logo à primeira vista nos parece evidente é que, inconscientemente, os dois antagonistas acabam se confrontando pelas mesmas ideias. Enfim, tudo reside numa questão de pura retórica. Afinal de contas, ambos empregam os mesmos critérios. Em relação aos critérios adotados por Sílvio Romero e José Veríssimo, assim se expressa Luiz Costa Lima:

Em suma, a contemporaneidade de Sílvio e Veríssimo se mostra pelo fato de malgrado suas diferenças que crescerão até à animosidade, empregarem, na análise das obras, os mesmos critérios: o de procedência sociológica, o de proveniência retórica. Apenas entre um e outro crítico se inverte o critério dominante. Se em

Silvio a centralidade da preocupação sociológica provoca a primazia do critério nacionalista, em Veríssimo este se torna pano de fundo, enquanto na cena trabalham preocupação gramatical e retórica. Tais critérios, contudo, já são sobredeterminados pelo código moralizante tanto de Silvio quanto de Veríssimo. Pois que é a exigência de nacionalismo, em um, de linguagem brilhante e escorreita, no outro, senão efeitos de uma rígida ética condutora dos valores propostos e dos julgamentos a proferir? O desenho proposto – o moralismo na base, os critérios sociológico e retórico sobredeterminados – não se restringe aos nomes de que tratamos. Ele tem extensão bem mais ampla (LIMA, 1981, p. 45).

Portanto, se nas contendas do século XIX a ausência de questionamento das ideias em jogo foi algo muito frequente, ela teve íntima relação com o próprio caráter protocolar das polêmicas. Em síntese, o protocolo de atuação das polêmicas pode ser definido como um padrão de confronto entre um intelectual e o seu oponente. Ao obedecer a este protocolo, o intelectual via sempre a necessidade de reverde ao seu adversário. Por isso, na maioria das vezes a questão que desencadeou a polêmica se tornava apenas um pretexto para que dois ou mais polemistas exibissem a sua erudição e retórica.

Concluindo, pode-se afirmar que a investigação do protocolo de atuação das polêmicas torna evidente uma das principais características do nosso sistema intelectual: a dominância da cultura auditiva. Uma vez esclarecido o vínculo entre as polêmicas literárias e a cultura auditiva, é possível então compreender um pouco melhor o papel da oralidade na constituição da literatura brasileira e, em alguma medida, do leitor brasileiro. Na verdade, em termos gerais, a literatura brasileira se estabeleceu não exatamente à luz da palavra impressa, mas sim seguindo determinados parâmetros discursivos de um modelo oral de expressão.

Assim, conforme demonstramos, é correto afirmar que, a partir de 1808, os intelectuais brasileiros passaram a dispor da tecnologia da imprensa. No entanto, esta circunstância sequer representou uma ameaça à hegemonia da auditividade, pois os debates polêmicos se estabeleceram no Brasil como uma espécie de transposição, para o âmbito da página impressa, de todo um aparato da linguagem oral. Deste modo, é possível aventar a hipótese de que as polêmicas representaram uma forma de expressão resistente ao afastamento da “voz” (com suas inflexões persuasivas) e, conseqüentemente, do “corpo físico”

(com seus gestos cênicos) do circuito comunicativo, afastamento este que à primeira vista pareceria inevitável após o advento e difusão da imprensa.

Neste sentido, convém então esboçar um perfil do nosso contexto de produção e de recepção de obras ficcionais. No cenário cultural brasileiro, autor e público pertenciam à mesma “tradição”, isto é, à “tradição retórica”, com base na qual se dava a experiência de escrever e de ler. Daí se infere que, no sistema literário brasileiro, autor e público compartilhavam do mesmo horizonte de expectativas¹. Por essa razão é que as produções ficcionais visavam, sobretudo, a atender às expectativas do escasso público leitor. Um público que, diga-se de passagem, ainda não estava totalmente acostumado com a experiência da leitura silenciosa, isto é, um tipo de leitura que necessariamente exclui o “corpo físico” e a sua aptidão performática do circuito comunicativo. Portanto, o padrão reflexivo presente nos debates polêmicos é resultante da impregnação retórica do nosso panorama intelectual. Ou seja, nas polêmicas, o sistema discursivo constituído pela arte retórica desempenha um papel muito importante, pois é empregado fundamentalmente com o intuito de persuadir o público, de modo a conquistar a sua simpatia. E, uma vez que a oralidade ainda era uma presença dominante no século XIX, inconscientemente ou não, com uma certa frequência os nossos escritores escreviam seus textos como se estes estivessem destinados a atender o desejo de uma leitura em voz alta.

ABSTRACT

This paper analyzes the structure and mechanism of the literaries controversies in Brazilian culture of century XIX. It demonstrates that controversy discourse obeyed certain protocol of performance influenced by oral language and rhetoric, calling attention to the intimate relation between this protocol and the kind of reflexive habit that developed in the Brazilian literary system.

KEY-WORDS: Literaries controversies – rhetoric – brazilian literary system.

REFERÊNCIAS

- ALEGRE, Manuel Araújo Porto. Carta sobre a Confederação dos Tamoios [1856]. In: CASTELLO, José Aderaldo (org.). *A polêmica sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo: USP, 1953, p. 65-71.
- ALENCAR, José de. Carta sobre a Confederação dos Tamoios [1856]. In: CASTELLO, José Aderaldo (org.). *A polêmica sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo: USP, 1953, p. 3-9.
- AZEVEDO, Luciene. As polêmicas em discussão. In: *Cadernos de Mestrado/Literatura*, n.º 3. Rio de Janeiro: UERJ, 1995, p. 41-55.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itálica, 1993. 2 v.
- GADAMER, Hans G. *Truth and Method*. New York: Continuum, 1988.
- LAJOLO, Marisa et ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita. Livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides; breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- ROMERO, *Silvio*. *História da Literatura Brasileira* [1888]. Rio de Janeiro: Garnier, 1903. 2v.
- _____. *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira* [1897]. Campinas: Unicamp, 1992.
- _____. *Zéverissimações Ineptas da Crítica (Repulsas e Desabafos)*. Porto: Oficina do Comércio do Porto, 1909.
- ROUANET, Maria Helena. *Poucas variações sobre o mesmo tema. As polêmicas no sistema intelectual latino-americano*. Rio de Janeiro: Texto mimeografado, 1998, p. 1-40.
- SOUZA, Roberto Acizelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VERÍSSIMO, José. O Sr. Machado de Assis. In: _____. *Estudos Brasileiros, 2ª série*. São Paulo: Lemmert, 1894.

NOTA

¹ Segundo Gadamer: “Horizonte é o âmbito de visão que inclui tudo que pode ser observado a partir de um ponto de vista particular” (GADAMER, 1988, p. 302).

Recebido em: 31/05/2013.

Aceito em: 31/07/2013.